

Criando a nação:

Os livros didáticos de História do Brasil de Rocha Pombo (1857-1933)

RESUMO

O objetivo desse artigo é descrever e analisar a versão da história nacional apresentada no livro de José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933), *Nossa Patria, narração dos factos da Historia do Brazil, atraves de sua evolução, com muitas gravuras explicativas*. O livro, dedicado aos alunos das classes primárias, foi publicado pela primeira vez em 1917 e permaneceu no catálogo da Cia. Melhoramentos de São Paulo até 1970. *Nossa Patria* foi adotado no ensino de vários estados brasileiros e contabilizou 88 edições e 452 mil exemplares impressos. Tomando como suposto que, durante muitos anos, o *livrinho* de Pombo contribuiu para formar a representação que muitos brasileiros fizeram de seu país, o artigo procurou destacar as inovações que garantiram que *Nossa Patria* continuasse a ser reeditado mesmo após a década de 1930, ao contrário dos compêndios de seus contemporâneos.

Palavras-chave: Rocha Pombo, Nacionalismo, Livros didáticos, História do Brasil, Miscigenação.

ABSTRACT

The aim of this article is both to describe and analyze the version of national history presented in *Nossa Patria, narração dos factos da Historia do Brazil, atraves de sua evolução, com muitas gravuras explicativas*, written by José Francisco da Rocha Pombo (1857-1933). The book, dedicated to elementary school, was first published in 1917 and remained in Cia. Melhoramentos' catalog until 1970. It was adopted in most Brazilian states and had 88 editions and 452 million books printed. Assuming that, during many years, Pombo's little book contributed to build the idea that many Brazilians would have about their country, this article tried to outline the innovations that guaranteed the reprint of the book even after 1930, contrary to other books published at the time.

Key-words: Rocha Pombo, Nationalism, Didactic books, Brazilian History, Brazilian Melting-pot.

Em 1900, o crítico literário José Veríssimo escreveu um livro intitulado *A Educação Nacional*. Nele, Veríssimo reclamava a falta de “um sentimento nacional” capaz de manter o país coeso. Na avaliação do crítico, enquanto “todos os povos” e “todas as nações” já teriam compreendido que “o sentimento nacional e consequentemente o patriotismo” era fruto da “possessão em commum de um rico legado de tradições”, do conhecimento de sua história, “isso é da sua vida”, os brasileiros demonstravam uma “profunda indiferença” por seu passado.

Também ao contrário dos “países mais adiantados”, que acumulavam “coleções”, “museus” e “cantos” – verdadeiros “templos do patriotismo” –, no Brasil havia uma carência de museus, estátuas, memórias e narrativas das épocas “gloriosas e felizes” de nossa história. Sobretudo, havia uma carência de bons compêndios escolares, principalmente destinados ao ensino primário. Instância fundamental, dizia ele, para a formação de *sentimentos* comuns.

Os compêndios que haviam, segundo o autor, eram cópias dos trabalhos de Varnhagem, historiador oficial do Império, “sem grande valor pedagógico”. Além disso, seriam “pesados, indigestos e mau escriptos” – e sem qualquer gravura que os tornassem mais atraentes. E mais,

Para o ensino primario os poucos que ha são inspirados na velha pedagogia jesuítica das perguntas e respostas, e limitam-se a uma enfadonha estúpida nomenclatura de governadores, de reis, de capitães-móres ou de factos aridos de nenhum modo uteis ao ensino primario da historia patria. (VERÍSSIMO, [1900] 1906: 130).ⁱ

Os ecos da reclamação de Veríssimo iriam ressoar durante toda a primeira década de 1900. A partir de 1910, entretanto, a produção de compêndios de história e de livros de temática cívica dedicados ao público infantil cresceria consideravelmente, beneficiando-se do clima de entusiasmo pela nação e sua história. A eclosão da Primeira Guerra e o decorrente “surto” nacionalista intensificariam a produção desse tipo de literatura e a educação primária passaria a ocupar um lugar de destaque na cena intelectual brasileira (NAGLE, 1974).

Aproveitando-se desse ambiente, a Weizsflog e Irmãos, futura Editora Cia. Melhoramentos de São Paulo, passou a produzir séries dedicadas ao público infanto-juvenil. Já no ano de sua fundação em 1912, a Weizsflog passou a imprimir os compêndios da Francisco Alves, principal editora de didáticos do país.

Em 1916, a Weizsflog decidiu publicar seus próprios livros didáticos. A recém criada área escolar encomendou a José Francisco da Rocha Pombo, membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e professor da Escola Normal, a redação de um compêndio de História do Brasil voltado para as classes do curso primário. Em 1917, é publicado *Nossa Patria, narração dos factos da Historia do Brasil, atraves de sua evolução com muitas gravuras explicativas*.ⁱⁱ

Sucesso entre “o grande público e o professorado” desde sua primeira edição em 1917 (DONATO, 1990), *Nossa Patria* representava um novo tipo de compêndio, escrito em contraposição aos livros

“indigestos” dos quais reclamava Veríssimo. Profusamente ilustrado, curto, escrito em linguagem acessível, estilo narrativo e pontuado de aventuras e heróis, em 1923, *Nossa Patria* já contava com 18 edições e 395 mil exemplares impressos.

Provavelmente alegres com a receptividade do livro de Rocha Pombo, a editora encomendou-lhe outros cinco compêndios de história: *Historia do Brasil (para o ensino secundario): com muitos mappas historicos e gravuras explicativas*, 1918; *Historia de Sao Paulo (resumo didactico)*, 1919; *Historia do Brasil (curso superior)*, 1926; *Historia do Paraná (resumo didactico)*, 1930 e *Historia Universal*, 1930.

Nossa Patria foi de longe o que obteve maior sucesso. Ao todo, o *livrinho*, como o denominava seu autor, alcançou a marca de 88 edições e 452 mil exemplares impressos. A 88ª e última edição foi publicada 53 anos após seu lançamento, em 1970 – números que fazem da obra um fenômeno de vendas.

Além da quantidade elevada de edições, *Nossa Patria* foi utilizado nas escolas primárias de vários estados brasileiros. José Alves Dias, funcionário da Cia. desde 1912, costumava viajar pelo Brasil fazendo a propaganda dos produtos da editora. Em 1929, a Melhoramentos iniciou a publicação de uma série de compêndios de história regional, a serem recomendadas pelos conselhos de instrução locais. Essa série foi organizada por Afonso Taunay, então diretor do Museu Paulista, que encomendou o texto aos historiadores de cada estado, reforçando os vínculos da editora fora da capital paulista. ⁱⁱⁱ

A penetração da Melhoramentos em outros estados fez com que *Nossa Patria* fosse adotado em vários lugares. No relato de sua viagem ao norte do Brasil, Rocha Pombo escreve com alegria o episódio em que uma criança manauara lhe diz já ter lido o *Nossa Patria* e abraça-o carinhosamente (POMBO, 1918: 206).

A 18ª edição do *livrinho*, de 1923, traz a seguinte informação: “Aprovada oficialmente nos Estados de S. Paulo, Santa Catharina, Sergipe, Maranhão e adoptada no ensino desses estados e dos de Paraná, Bahia e Rio Grande do Norte” (POMBO, 18ª ed., [1917] 1923). Na 62ª, publicada no final de 1920, o escopo do livro amplia-se passando a ser “Adoptado em todos os Estados do Brasil” (POMBO, 62ª ed., [1917] s.d.).

Até pelo menos a 79ª edição, tanto o texto como as *gravuras explicativas* sofreram apenas algumas correções pontuais. A linguagem foi atualizada, a antiga moldura oval, que enquadrava as figuras de “personagens ilustres”, substituída pela moldura retangular; e a matéria referente ao período republicano foi sendo, progressivamente, aumentada. Apenas em 1949, na 83ª edição, o texto sofreria uma correção maior, com a retirada de trechos sobre a Guerra do Paraguai considerados, então, ofensivos à nação paraguaia. ^{iv}

Em 1964, 47 anos após a primeira edição de *Nossa Patria*, o educador Lourenço Filho fez algumas outras emendas para aquela que seria a 84ª edição do livro. Em parecer explicando suas modificações, Lourenço Filho afirma ter procurado “nada alterar do pensamento do A. ou do espírito da obra”, que continuava “ser perfeito, dado os fins que teve em vista”: difundir a história nacional nas classes primárias, visando inculcar nas crianças o “amor” à pátria (LOURENÇO FILHO, 1964: parecer nº. 28.1015). ^v

O livro de Rocha Pombo possuía a todas as características que, a partir do final da década de 1910, seriam consideradas adequadas aos alunos do ensino primário. No tocante à qualidade gráfica e à agilidade da narrativa, a obra se destacava entre suas contemporâneas, motivo que pode ter levado ao alto número de reedições.

Além disso, *Nossa Patria* apresentava duas novidades que só iriam aparecer com frequência nos livros didáticos de história a partir da década de 1940 e que podem ter garantido a sua permanência no mercado até a década de 1970.

A primeira delas é a inclusão de dados sobre o mundo da produção. Ao analisar os compêndios de história produzidos para o público primário entre 1917 e 1939, Circe Bittencourt (1988) afirma que a grande diferença entre *Nossa Patria* e os demais compêndios do período é que, no primeiro, há a “apresentação de uma história cotidiana às crianças”, através de dados sobre um mundo do trabalho “em que todos os agentes estavam representados, incluindo as relações sociais de dominação” (BITTENCOURT, 1988: 212, 213).

A segunda novidade do livro é a presença de um capítulo para cada uma de *nossas raças formadoras* intitulados, respectivamente, “Os índios”, “Os africanos” e “Os europeus”. Nesses capítulos, Rocha Pombo ressalta as qualidades de cada uma dessas *raças* apresentando uma versão extremamente positiva e harmoniosa da miscigenação. O livrinho antecipa a versão que se tornaria hegemônica após a década de 1930 e quem sabe mesmo tenha contribuído para a sua elaboração e fixação.

A versão positiva dos elementos formadores e da miscigenação contrapunha-se à dos livros didáticos de seus contemporâneos, compartilhada por grande parte da geração de intelectuais que haviam se formado durante os anos de 1870, como Afrânio Peixoto, Olavo Bilac, João Ribeiro, Coelho Netto, entre outros. De maneira geral, a miscigenação era vista de maneira negativa e encarada como *estigma* a ser superado. Em versões mais radicais do mal estar com relação à raça, o Brasil aparece como fruto dos aspectos mais degradados de cada um de seus *elementos formadores*.²¹

Mas se as primeiras décadas do século XX haviam sido impregnadas de um pessimismo que tornava qualquer manifestação nacionalista deslocada e mesmo ridícula, no período que se seguiu à eclosão da Primeira Guerra Mundial, surgiram diversas formas de nacionalismos. Nos dizeres de Tristão de Athaíte, a partir de então, “vai circular cada vez mais em nossos livros um perfume de mato, de terra molhada, de brisa fresca do mar” (COSTA, 1956: 351).

Com a exaltação de *nossa terra*, começou também um movimento de exaltação de *nossa gente*. O “melting pot” de brancos, negros e índios passou a ser interpretado, cada vez mais, como sendo a nossa particularidade mais positiva e como fator de “democratização social no Brasil” (FREYRE, [1933] 1946:20). Vale lembrar, também, que a exaltação da *mistura* de raças foi um dos pontos principais da propaganda do governo Vargas (SCHWARCZ, 1995b), que promoveu a unificação do ensino primário.

Apenas 1940, o programa oficial de História do Brasil para o ensino dos grupos escolares do estado de São Paulo finalmente incorporaria a mudança de perspectiva, passando a contar com uma seção específica para cada um de nossos elementos formadores (BITTENCOURT, 1988).

Mesmo não configurando sessão à parte na maioria dos livros escritos entre 1900 e 1930, os elementos estão sempre presentes nas narrativas. A seguir, buscarei descrever e analisar o tratamento dado a cada um deles em *Nossa Patria*, comparando a versão deste livrinho com outros didáticos de História do Brasil para o primário, publicados entre o final da década de 1890 e o início da de 1930.

O elemento indígena ^{vi}

Todos os livros pesquisados contêm um capítulo especial sobre os indígenas. Geralmente, ele aparece entre os primeiros capítulos, encerrando uma espécie de pré-história brasileira (junto com as “grandes navegações” e o “descobrimento”). O tempo verbal, com raras exceções pontuais, é sempre o passado.

Com relação aos dados sobre as populações indígenas, há também pouca variação entre os livros. Basicamente, as informações são: tinham baixa estatura, pele acobreada, narizes bem feitos, adornavam o corpo com penas, andavam nus, viviam em ocas que, reunidas, formavam as tabas, cuja reunião formava, por sua vez, a *tribu*.

Várias *tribus* formavam uma *nação*. Caçavam e pescavam, plantavam mandioca, milho e cará. Tinham uma espécie de governo rudimentar com um chefe que era escolhido entre os mais velhos, gostavam muito de festas, tomavam muito cauim, e guerreavam por qualquer motivo. Eram muito supersticiosos, reconheciam a existência de Deus a quem chamavam *Tupan*, tinham vários deuses secundários, como o sol, a lua, etc., e tratavam seus mortos com muito respeito.

Em geral, os compêndios estabeleciam a divisão dos índios brasileiros em dois grandes grupos: tupis e tapuias. Os tupis eram os habitantes do litoral. Seriam mais *dóceis* e *civilizados*, aliando-se aos portugueses. Já os tapuias habitavam o sertão e eram *bárbaros*, *cruéis*, *sanguinários* e *antropófagos*.

Apesar de os dados apresentados serem praticamente os mesmos, ocorre uma variação com relação ao tratamento dispensado pelos autores: ou bem se enfatiza a barbárie dessas populações ou seu espírito livre e altivo.

Em relação à aptidão dos indígenas ao trabalho há também variação: embora seja consenso que essa população não se adaptava ao trabalho regular, o motivo de tal fato é ora a indolência, ora o espírito de liberdade dos selvagens.

A diferença de tratamento pode ser vista também na escolha das imagens sobre os indígenas. Os livros de Afrânio Peixoto e de João Ribeiro, que são da mesma editora e tiveram publicações contemporâneas, apresentam gravuras diferentes para ilustrar como viviam os nossos *gentios*. Diferentes são também suas descrições. Para Peixoto, os índios possuíam:

Pequena mentalidade, sem progresso. La Condamine escreveu que elles envelhecem, sem deixar de ser meninos. Eram muito dados aos prazeres, dansas, bebidas fermentadas, orgias; indolentes, incapazes de trabalho regular, desconfiados, traiçoeiros, rebeldes, preferiam a morte ao captiveiro. (PEIXOTO, 1916: 215)

As gravuras que acompanham o texto mostram um índio bárbaro como é o caso de “Luctas entre selvagens” (ver anexo fig.2).

O livro de João Ribeiro, embora destaque igualmente o atraso dos indígenas com relação aos portugueses, incluindo-os, sobretudo, no reino da natureza, é capaz de relativizar a relação entre índios e colonos e, portanto, a *barbárie* dos primeiros:

Portugueses e indios praticavam-se mutuamente crueldades, porque não se entendiam nem se podiam entender, attentos os differentes graos de civilização. O indio tinha o sentimento da propriedade collectiva (da tribu), mas não o tinha da “propriedade privada”; os indios não julgavam fazer mal roubando. E assim muitos crimes que o eram para os christãos, para elles nada significavam. (RIBEIRO, 1918: 17).

A gravura que acompanha o capítulo mostra um índio menos *bárbaro*, ligado a uma estética romântica. No caso de Rocha Pombo, a principal característica que o autor busca realçar é a altivez do índio, que seria sua qualidade mais positiva. As imagens mostram um índio guerreiro e altivo (ver anexo figs.1-3).

Entretanto, como já foi dito, apesar dessas diferenças de tratamento, o conteúdo veiculado pelos livros didáticos sobre os indígenas é o mesmo. E, talvez por já configurar-se em seção autônoma desde os primeiros compêndios de história, esse conteúdo tenha permanecido praticamente inalterado em muitos livros didáticos até a década de 1980.

O elemento negro

Se nos livros consultados a falta de um capítulo exclusivamente dedicado aos brancos não implica em sua ausência, já que teriam *tomado conta do país*, no caso dos negros, entretanto, isso significa seu quase desaparecimento.

A escravidão surge como um acaso nos capítulos sobre o Quilombo de Palmares e a Abolição para desaparecer logo em seguida. Mesmo nesses capítulos, os escravos e libertos não são os personagens principais dos relatos.

Como afirmara Ernest Renan, autor caro entre os educadores e historiadores brasileiros da época, a história nacional deveria ser feita de lembranças, mas também de esquecimentos, “or l’essence d’une nation est que tous les indivus aient beaucoup de choses en commun, et aussi que tous aient oublié bien des choses” (RENAN, [1882]). Nesse sentido, a escravidão é um bom exemplo daquilo que se deveria “apagar” da memória nacional. ^{viii}

No caso da narrativa sobre Palmares, os textos dão muito mais importância a Domingos Jorge Velho, bandeirante paulista que teria destruído o Quilombo, do que à organização criada pelos ex-escravos. O papel

de destaque atribuído ao bandeirante pode ser visto, por exemplo, nas questões propostas para a fixação da matéria do *Compêndio de Historia do Brasil da Livraria Salesiana* (1926):

- 1) Como se formou a chamada Republica dos Palmares?
- 2) Que influência nefasta exercia esse refugio de escravos?
- 3) Como se realizou a destruição de Palmares?
- 4) Quem se distingui nessa empreza?
- 5) Que fim teve a Republica dos negros? (*Compêndio de Historia do Brasil: para uso das aulas do curso preliminar*, 1926: 68).

Por vezes, aparece uma menção a Zumbi. O livro de Lima ([1933] 1942) é o único entre os compêndios pesquisados (1900-1930) que enfatiza o caráter heróico de Zumbi e seus seguidores. Na “leitura” sobre o tema, o autor insere o seguinte trecho de Gonzaga Duque, sob o título de “Destruição dos Palmares”:

E, antes que os brancos galguem o pinaculo, antes que suas mãos de odio toquem os ombros herculeos dêsseis homens negros como a pedra esculpida de um obscuro seculo de incendios, a heroicidade rasga-lhes uma crispação sardonica na dentuça branca e seus corpos rolam para o abismo do despenhadeiro que os acolhe numa informe massa ensaguentada (LIMA [1933] 1942: 58).

Apesar do tom heróico, o tema relevante continua sendo a destruição do quilombo.

Com relação ao capítulo sobre a Abolição, a personagem principal é a *opinião pública*. Esta é que teria pressionado a coroa a libertar os escravos, como ocorre, por exemplo, na seguinte passagem do livro de Olavo Bilac e Coelho Netto ([1909] 1940):

Dia a dia o pensamento de libertação dos cativos ganhava novos adeptos; o povo, associado aos mais atrevidos batalhadores da causa, prestava o seu concurso, acudindo não só com o óbulo, como prestando-se a dar abrigo aos que, acossados pela fereza dos senhores que sentiam próximo o momento temido, evadiam-se buscando amparo e caridade. As senhoras, a mocidade das academias, as classes armadas, os artistas auxiliavam poderosamente a propaganda, de sorte que, oprimido pela violência da idéia dominadora, impossível de ser represada, o governo resolveu corresponder aos desejos da nação promulgando a lei que declarava livres todos os escravos do Brasil. Foi essa lei assinada a 13 de Maio de 1888, pela princesa Isabel, regente, na ausência do imperador que se adiaava na Europa. (BILAC & NETO, [1909] 1940: 57). ▫

Um recurso comum para minimizar o mal estar causado pela escravidão era assinalar que havia muito que a opinião pública lutava pelo seu fim, como no livro de Antônio Mendes da Silva (1909). Para o autor,

Si é certo que, logo depois de iniciar-se a colonisação do Brasil, entrou o braço escravo africano como factor desse trabalho, não é menos certo, também, que desde muito tempo se cogitava da emancipação dos escravos, empenhando-se o governo juntamente com o povo, em resolver tão difficil problema. (SILVA, 1909).

O difícil problema de como os africanos vieram para o país é resolvido em *Nossa Patria* da seguinte forma: como o Brasil era muito grande e Portugal muito pequeno, para bem colonizá-lo foi preciso pedir auxílio aos índios. Mas os índios, que nasceram nas matas, viveram sempre livres e sem depender de

trabalho regular para sobreviver, não quiseram “ajudar”. Foi preciso então obrigá-los, o que resultou em lutas “medonhas”. Depois de um tempo, os colonos desistiram, mesmo porque tanto o Rei de Portugal, como os jesuítas se opunham fortemente à escravização dos índios. Aí, os colonos ficaram sabendo que lá na África viviam reis terríveis, os “sobas”, que vendiam os negros no mercado “como se fossem gado”. “Sabendo disso, os nossos colonos mandavam lá comprar quantos queriam para os ajudarem nas plantações”. Mas o africano, que “é uma raça muito boa” e “de muito bom coração”, ficou “logo querendo bem” aos seus senhores. Trabalhadores e obedientes, os negros fizeram muito pelo “progresso do país”. A raça foi, enfim, “recompensada”, porque, por mais que tenham sofrido longe dos seus, e de a escravidão ser moralmente condenável, “somos todos como irmãos” (POMBO, 60ª ed. [1917] s.d.: 30, 31).

Circe Bittencourt assinala que, além da posição marginal que a escravidão ocupava nas narrativas, “parte considerável da literatura didática procurou mitigar a ação dos proprietários de escravos do Brasil de duas formas”: mostrando aos alunos que a escravidão era um fenômeno histórico comum à maioria dos povos e refazendo o “mito da boa escravidão” (BITTENCOURT, 1988: 215).

Apesar de a autora tomar a obra de Rocha Pombo como uma exceção, este se utiliza dos dois tipos de discurso que aquela considera como representativos do período que analisa (1917-1939).

Além de justificar a escravidão daqui pela que já existia entre os africanos, Pombo afirma que “em todos os países da América, e até na Europa, se fez isto.” (POMBO, 60ª ed. [1917] s.d.: 33). No capítulo “Quilombos”, escreve:

Nem todos os senhores eram maus. Muitos tratavam até muito bem seus escravos, dando-lhes descanso aos domingos, consentindo que se divertissem cantando as cantigas e dançando as danças usadas lá na pátria que nunca mais veriam. Havia, porém, senhores muito deshumanos, que tratavam as pobres criaturas como se fossem simples animais. E então, a vida que levavam na senzala e no trabalho, de sol a sol, era para os miseráveis uma contínua amargura. (POMBO, 60ª ed. [1917] s.d.: 56).

Para Pombo, assim como para a maioria dos autores, a escravidão africana fora uma instituição necessária, já que Portugal não teria como fornecer braços para bem povoar e produzir a nova terra e os índios não estavam dispostos a “ajudar”.

É inegável, entretanto, que a visão de harmonia racial presente em seu livrinho, expressa em afirmações do tipo “hoje somos todos irmãos”, destoa da maioria das publicações da época.

A 88ª edição de *Nossa Pátria*, revista por Lourenço Filho em 1964 e 1965, apresenta apenas algumas correções sobre “Os Africanos”. Foram suprimidas afirmações como a que o africano seria “preto por causa do clima da África, que é muito quente” e que os que para cá vieram “sem dúvida [eram] muito mais felizes do que os parentes que ficaram lá na África”. À idéia de que os ex-escravos passaram a ser iguais aos seus ex-senhores após a Abolição foi adicionada a frase “no reconhecimento de seus direitos”, sublinhando tratar-se de uma igualdade formal.

Se essas alterações parecem indicar uma mudança de mentalidade – dizer que o africano é preto por causa do clima não teria mais fundamento científico na década de 1970, assim como seria mais moderno afirmar que os jesuítas defendiam os justos *direitos* dos índios ou que os negros têm *direitos* iguais aos brancos – a permanência do sentido geral aponta para a manutenção do modo de encarar a escravidão e a integração do negro na sociedade por um largo espaço de tempo.

Apesar das retificações, permanece em *Nossa Patria* uma ênfase na idéia de que, apesar de escravos, a relação de proximidade com os donos mediada pelas histórias e cafunés das amas de leite acabava por suavizar a relação a violência constitutiva da escravidão. Finda esta, teríamos nos tornado todos “irmãos”. Vemos nesse livrinho um primeiro esboço da teoria da democracia racial, popularizada nas páginas de *Casa Grande e Senzala* e até hoje invocada como característica constitutiva da brasilidade.

O elemento europeu

Como foi dito na seção anterior, os europeus (sobretudo portugueses) apresentam-se dissolvidos na narrativa em grande parte dos livros. No caso de *Nossa Patria*, há uma seção exclusiva para esse elemento, intitulada “Os europeus”. Durante o capítulo, Pombo relata as histórias de João Ramalho e Diogo Álvares (o Caramurú).

Nas duas histórias, a ênfase recai na relação entre as duas personagens e os indígenas. O autor realça o casamento de João Ramalho com a índia Bartira e de Caramurú com Paraguassú.

Assim, Rocha Pombo marca a harmonia entre os elementos desde o “primeiro momento” de nossa história. A conclusão do capítulo - que encerra também a trilogia, “Os índios”, “Os africanos”, “Os europeus” - é exemplar nesse sentido:

Vê-se, portanto, que a população do Brasil se formou dessas três raças que temos indicado: os índios, que já estavam aqui; os africanos, que vieram como escravos; e os europeus, que tomaram conta do paiz.

Por isso, o brasileiro tem as qualidades mais notáveis dessas tres raças: é ativo, amoroso e inteligente. (POMBO, 60ª ed. [1917] s.d.: 35).

Apesar da harmonia, o autor ressalta a direção dos portugueses no processo civilizatório brasileiro. Principalmente nos capítulos iniciais de *Nossa Patria*, a inteligência e o “espírito aventureiro” são ressaltados como as principais características portuguesas. Tais virtudes teriam permitido aos portugueses “alargar a humanidade”.

Em artigo sobre a literatura didática de História do Brasil, Thais Nívea Fonseca (2001) afirma que grande parte dos livros dedicados ao público secundário, editados entre o fim do século XIX e 1930, tendiam a depreciar a colonização portuguesa no Brasil. Como representante dessa literatura, Fonseca escolheu para sua análise *Historia do Brasil (para o ensino secundario)*, segundo livro de história escrito por Rocha Pombo para Cia. Melhoramentos, em 1918.

Ao contrário do que ocorre em *Nossa Patria*, no livro dedicado ao ensino secundário, Pombo detrata a colonização portuguesa em diversos momentos. O autor nega o papel pioneiro de Portugal nas “Grandes Navegações”, afirmando que a coroa portuguesa só teria decidido lançar-se ao mar por “inveja” da Espanha, que o tinha feito antes.

A mudança de perspectiva entre os livros de Rocha Pombo causou a ira de um de seus leitores que, em 1925, decide escrever um livro criticando a *Historia do Brasil*. Revoltado com a ausência do infante D. Henrique - que merecera destaque em *Nossa Patria* - e com a atenuação do papel de Portugal nas grandes navegações, o cearense Julio Amaral (membro do “Grêmio Republicano Portuguez” e da “Camara Portuguesa de Comercio e Indústria do Rio de Janeiro”) publica *Rocha Pombo e a História do Brasil*.

O livro, dedicado a todos os brasileiros e portugueses que acreditassem no “afeto” entre os dois povos, seria, segundo seu autor, “um apelo fervoroso e patriótico” contra a propaganda lusófoba de livros que falseiam “a verdade histórica”. No caso, o livro de Rocha Pombo.

Para Amaral, a culpa pelo deslize de “autor tão patriótico” seria dos editores alemães, uma vez que Rocha Pombo já havia dado provas de seu patriotismo em seus outros livros:

Dá-nos ainda ensejo de frisar e provar que o Snr. R. Pombo não é um jacobino, como facilmente acreditará quem só o conhecer pela *Historia do Brasil*, que lhe encomendaram os alemães de S. Paulo; não senhor – o Snr. R. Pombo é um sincero admirador e cultor dos velhos clássicos portugueses, seguindo-lhes até as formulas que utiliza frequentemente no trabalho que nos estamos ocupando.

(...) Ora sejamos justos e concordemos em que o Snr. Pombo, nem mesmo de encomenda, seria capaz de escrever tanta barbaridade historica, e que, os incestos que ahi ficam transcritos, são filhos espúrios dos alemães, editores e proprietarios de tamanha monstruosidade! (AMARAL, 1925: 16. 22).³

Descartada a hipótese da culpa “dos alemães” pelo simples fato de eles também serem os editores de *Nossa Patria*, uma possibilidade para a mudança de atitude de Rocha Pombo é a sua ligação com os intelectuais da revista nacionalista *Brazílea*, empenhada desde seu primeiro número, de 1917, a propagar idéias anti-lusitanas.³

Talvez influenciado por essas idéias, Pombo tenha sido levado a trocar a antiga versão positiva da colonização, dirigida pelo português heróico, por outra na qual só há violência de indivíduos degenerados contra populações submetidas pela força e pela *cobiça*.

Mas não é apenas em relação aos portugueses que o autor muda de interpretação. Como veremos a seguir, o tema da fusão das três raças e suas conseqüências para a brasilidade era de tal forma controvertido nas primeiras décadas do século XX, que há discordâncias mesmo entre as obras de história do Brasil escritas pelo autor.

A mistura

Além do livro de Rocha Pombo, outros dois apresentam comentários sobre as *três raças* formadoras: *A Historia do Brasil ensinada pela biographia de seus heróes (livro para as classes primárias)*, de Silvio Romero ([1890] 1915), e *Minha Terra e Minha Gente*, de Afrânio Peixoto (1916). Tomando como suposto que o tipo brasileiro ainda estaria em formação, o objetivo dos autores é apresentar, cada qual à sua maneira, suas teses sobre a miscigenação.

Para Silvio Romero, a originalidade brasileira provinha do fato de aqui se terem *caldeado*, e ainda se estarem caldeando como em nenhuma outra parte da América, os sangues branco, negro e índio. Romero sublinha que tanto portugueses, como índios e africanos, já de partida, não constituíam um tipo único. “D' estes tres troncos principaes, já de si tão variados, descendemos nós os brasileiros” (ROMERO, [1890] 1915: 21).

Assim como em *Nossa Patria* e, ao contrário da maioria das publicações contemporâneas, no livro de Silvio Romero a miscigenação é vista como fenômeno positivo e distintivo da nacionalidade.

No compêndio de Afrânio Peixoto, a discussão sobre a miscigenação aparece no penúltimo capítulo, “O Brasil: a Gente”. Após apresentar o que considera as principais características de cada uma das “raças formadoras”, Peixoto arrisca “uma psychologia abreviada dos brasileiros”:

Serão inteligentes e avidos, asperos no ganho e desperdiçados na economia, aventureiros e idealistas, como os brancos; serão sentimentais e servis, licenciosos e indisciplinados, e capazes entretanto das provações mais penosas, como os pretos; serão altivos e indolentes, sem saber reagir às condições demoradas de pressão, mas insubmissos ás coacções affrontosas, como os brasileiros primitivos, qualidades muitas vezes antagonicas, que existem em dois individuos proximos, no mesmo individuo alternativamente, ainda não depurados e reunidos num resumo perfeito dos componentes. (PEIXOTO, 1916: 223).

E pergunta:

A fusão lenta das misturas mal feitas ainda, a selecção reiterada da cultura, a disciplina forçada da vida social, farão dessa massa um povo forte, são e feliz? O esboço de hoje dará um povo voluntarioso, sentimental, inteligente, digno da terra e do tempo em que viver? (PEIXOTO, 1916: 223, 224)

Peixoto responde que, para tanto, seria preciso que a raça fosse “definida” - ou melhor, embranquecida. Sua grande tese é que nossa potencialidade passada estaria na origem portuguesa e a futura, no afluxo cada vez maior de imigrantes europeus. No fim, as influências índias e, sobretudo, negras seriam depuradas pelo sangue branco. Segundo sua interpretação,

Calcula se que em mais tres outros séculos elles [negros e mulatos nacionais] tenham desaparecido, nas diluições sucessivas de sangue branco, depurando o Brasil do sangue negro que lhe impuseram. (PEIXOTO, 1916: 220).

Principalmente após 1930, a teoria do branqueamento seria lentamente substituída por uma versão da miscigenação como fruto das qualidades mais positivas de cada um de seus elementos formadores. O livro de Afrânio Peixoto logo ficaria anacrônico, não chegando a uma terceira edição.

Entre os didáticos de Rocha Pombo, apenas *Nossa Patria* possui um capítulo para cada uma das três raças. O tratamento dispensado a cada um dos *elementos étnicos* e à *fusão* entre eles também é diferente em cada uma das histórias.

No capítulo “Os primeiros colonos” do livro para o secundário, Pombo condena os maus tratos impingidos pelos portugueses aos índios. Logo depois, comenta a escravidão e a fusão racial da seguinte maneira:

4. (...) A condição destes [escravos negros], exilados da terra querida, reduzidos ao extremo da miseria moral, tornou-se ainda mais dolorosa, que a do índio. Este ao menos era senhor da vastidão das florestas.

Foi facil então legalizar desaffrontadamente a escravidão do africano: já não se temia a reluctancia dos padres.

Nem por isso, no entanto, ficou mais livre de opressão a raça indigena.

5. Pode-se facilmente imaginar como taes erros deviam projectar longe os seus effectos.

O primeiro fructo das aberrações toleradas e logo permittidas foi o abastardamento geral das tres raças que se encontravam.

E dizemos – abastardamento – em vez de fusão regular e legitima porque de facto o que se fez no Brasil não foi mais que o amalgama dos elementos mais degradados das três raças: - o índio, submettido pela força; – o africano, rebaixado até a animalidade; – e o europeu que vinha dos presidios, ou que se trasportava para a America tangido de cobiça.

Um grande número de lamentáveis sucessos subsequentes teremos de ver filiados nestes grandes erros; e isto, além do estigma que ia ficar por muito tempo no caracter da nacionalidade.(POMBO.7ª ed. [1918] s.d.: 58. 59).

Ao contrário da mistura harmoniosa de *Nossa Patria*, temos a fusão como fruto da violência praticada pelos brancos contra negros e índios. Trata-se, assim, de um processo que não é legítimo: o que houve foi o “abastardamento” das três raças.

Enquanto no livro de 1917 o *amalgama* racial garantia ao brasileiro reunir as características mais positivas de cada um dos elementos, no de 1918, o “caracter da nacionalidade” é estigmatizado pelos “elementos mais degradados das três raças”.

No livro para o curso superior de 1926, apesar de não haver um capítulo específico sobre o *elemento negro*, há uma seção do capítulo IV – “Divisão do Brasil em dois governos e posterior reunião em um só” – dedicada à “Importação de africanos”. Nessa seção, o autor minora a “culpa” de Portugal pela escravidão afirmando, logo no começo, que essa instituição era histórica na África. Dessa escravidão histórica é que teria nascido a escravidão mercantil, característica “das raças africanas degradadas”. Os africanos teriam entrado e se fundido, sendo elementos de alto valor para a formação da nacionalidade.

Sobre os portugueses, volta mais uma vez o tom geral da maioria de suas histórias: o português é heróico e desbravador. A fusão é legítima e positiva e a convivência entre as raças, harmoniosa e pacífica,

embora Pombo reconheça que o espírito brasileiro tenha sido afetado de forma negativa pela fusão mediada pela escravidão:

A coexistência (e na maioria dos casos o convívio) do senhor com o escravo (formando quase verdadeiras castas) deixou em toda a nossa *psychologia* de povo profundos vincos, que só a obra da cultura fará desaparecer de todo. É fácil assinalar, por exemplo: – um sentimento exagerado da fortuna e do poder, e até de funções (às vezes mesmo as mais precárias) – em contraste com a mais absoluta subserviência diante de uma fortuna ou de um poder maior, ou de funções mais altas; ao lado de uma negação absurda da autoridade – um ridículo autoritarismo no cargo mais insignificante; alternando com a mais leviana desestima pela justiça e pela ordem, até as mais incríveis audácias – uma refinada hipocrisia e desprazer para invocar, em momento oportuno, o imperio da lei; a violência arrogante, e o mais baixo renúncia pessoal; a filúcia destemperada, e a indolência vencida, a desidia do bárbaro; a idolatria das grandezas, e o desprezo da humildade; e outras tantas virtudes de que às vezes nem nos apercebemos. (POMBO, 1926: 14).

No livro de 1926, conforme expresso na citação acima, Pombo apresenta a seguinte tese: a nossa “*psychologia* de povo” estaria marcada de forma indelével por relações sociais mediadas pela escravidão. Afastando-se, ao mesmo tempo, da positividade absoluta de *Nossa Patria* e do tom exacerbado e negativo do compêndio para o secundário, o autor exercita seu espírito crítico, apresentando uma tese a ser discutida.

Entre os seus não didáticos – a *História do Brasil* de 10 volumes ([1905-1917] 1919) e sua versão reduzida em 5 volumes (1935) – a descrição é mais árida o autor afirma que o tipo brasileiro ainda estaria para se formar, como haviam feito Silvio Romero e Afrânio Peixoto em seus compêndios. Apesar de mencionar certo rebaixamento devido aos negros, não há a violência que é apresentada no livro de 1918 e a miscigenação é vista como algo positivo.

A linguagem é mais *científica*, discutindo hipóteses e teorias. Muitos dos jargões que usa, como “índice de caldeamento” ou “condições de fusibilidade”, podem ser encontrados na argumentação de Oliveira Vianna exposta no livro *Raça e Assimilação* de 1944. ^{xi}

Criando a nação: considerações finais

De maneira geral, para cada público Pombo escreve uma história diferente. Nos trabalhos de divulgação, dirigidos a um público não especializado, – como é o caso de *Nossa Patria* –, o intuito do texto é criar o sentimento de *amor* à pátria e o gosto pela história. Este é, então, mais narrativo e dinâmico: a massa de dados é menor e o sentido positivo e dramático da história, enfatizado. Nas obras dedicadas a um público mais especializado, os dados aumentam, a quantidade de gravuras decresce e a descrição prevalece à narração.

Ao contrário dos demais níveis de instrução, a educação primária teria a missão de transformar o *povo* em *nação*. O desafio da geração de Rocha Pombo era criar um passado que se pudesse *amar*. Além de

aventuresco e empolgante, este não poderia ser ameaçado pela possibilidade de um estigma racial ou por embaraços morais frutos da escravidão.

A avaliação feita por Lourenço Filho em 1944 ao livro de Haddock Lobo, *História do Brasil, para a 3ª série dos ginásios* a ser lançado pela Melhoramentos, explicita de maneira exemplar a “ação educativa” que os livros de história para jovens e crianças deveriam cumprir. Após comentar o “excesso” de dados econômicos e a falta de “um sentimento geral”, Lourenço Filho escreve:

Estamos certos de que, se o ilustre Professor Haddock Lobo fizer agora uma releitura dos originais, procurando colocar-se do ponto de vista do adolescente entre 13 e 15 anos, sentirá o mesmo que sentimos, e que estará pronto a rever o trabalho, não para retirar os elementos de interpretação objetiva, que reputamos exatos, mas para a eles acrescentar algo, que comunique ao espírito de cada jovem a beleza da história do país, no esforço de criar e desenvolver uma sociedade sob os trópicos, em luta contra a natureza, as distancias e a heterogeneidade dos elementos que entraram em sua composição. Admitida toda a objetividade, ou, melhor, porque ela não poderá deixar de ser aceita, a formação brasileira tem um sentido épico, que o autor não deixa de reconhecer num ou noutro fato (...). O que nos parece ausente no trabalho é uma certa linha explicativa geral, de sentido cultural, que aparece sempre interrompida: o sentido da terra, dos costumes comuns, dos interesses e dos propósitos comuns que formam, afinal, os sentimentos comuns.

Se o livro tivesse sido escrito para o curso superior, a ausência desse sentido não poderia ser criticada; tratar-se-ia de uma tese a ser discutida. Com adolescentes, porém, numa fase em que, do ponto de vista educativo, a formação do espírito nacional deverá ser alimentada com a apresentação dos sentimentos de ordem social, queremos crer que este livro, tal como está, poderá despertar críticas muito severas, e levar a malentendidos que deverão ser evitados, quer em relação ao A., quer em relação à Editora.

(...) Longe estamos de que um livro de história ou de geografia do Brasil, mesmo para crianças, seja um conjunto de expansões do “meu ufanismo”. Não. O espírito crítico e o espírito objetivo devem existir. Mas devem existir em *justa* medida, segundo as idades e segundo as intenções gerais da ação educativa a ser proporcionada em cada uma delas. (LOURENÇO FILHO, 1944: parecer nº 1.385; grifos do autor).

Os livrinhos dedicados a crianças e jovens deveriam cumprir um fim específico: fazer com que esse público passasse a gostar de seu passado, criando sentimentos que pudessem ser compartilhados entre os todos os brasileiros. Desses sentimentos, resultaria a coesão capaz de impedir a desagregação nacional.

Segundo Nicolau Sevcenko, havia um “temor obsessivo extremamente difundido e sensível em todo o tipo de escritor, de que o Brasil viesse a sofrer uma invasão das potências expansionistas, perdendo a sua autonomia ou parte de seu território” (SEVCENKO, 1999: 84). Despertar o *amor* à pátria através do compartilhamento de um passado comum seria, portanto, estratégico para a manutenção da integridade nacional.

Em um país tido como extenso e despovoado, cujos poucos núcleos não se interpenetravam, a unidade da língua não seria capaz de impedir a desagregação da pátria em “patriúnculas”. Somente a posse comum de um passado grandioso poderia despertar o sentimento de pertencimento e a homogeneização nacional. Nas palavras de Taunay, o Brasil era uma

Patria de muita terra, pátria de pouca gente...

Não basta a unidade de língua e de religião para reforçar esse brasileiro tenue. Ella não impediu a desagregação do antigo Peru, nem a do velho vice-reino de Nova Granada.

É preciso que, diariamente e cada vez mais, ás creanças se incuta e, desde as primeiras letras, um nacionalismo integrador e fortíssimo. É indispensável inculcar-lhes um sentimento intenso de respeito por essa vastidão territorial que é a nossa, tão penosa e tenazmente adquirida e sedimentada, pelas navegações e as bandeiras, a politica da coroa lusitana, a continuidade do esforço do Imperio e o remate das questões lindeiras, com a Republica.

Como contribuição de valia para a homogeneização brasileira nada ha de mais precioso do que ensinar ás creanças os grandes lances da vida commum brasileira das gerações que as precederam; os feitos notaveis da vida nacional, os que repercutindo em todo pais produziram em todos os seus recantos os mesmos efeitos, despertando em seus mais longinquos páramos os mesmos sentimentos. (TAUNAY, 1928: 5)

Assim como os demais intelectuais engajados em criar a nação através da educação, Rocha Pombo acreditava que o ensino das “creanças e homens simples do povo” era um momento privilegiado para se inculcar sentimentos de amor à pátria. No prefácio de *Nossa Patria*, o autor explica que fixar os “grandes feitos” nacionais em linhas gerais seria o “processo mais prático e seguro” de criar e nutrir o sentimento de pátria. Além desse lado *vibrante* da história, o livrinho ainda buscava criar uma continuidade espiritual capaz de ligar os brasileiros que viveram no passado com os do presente, enfatizando a idéia de origem comum.

Imbuído dessa concepção, seria impossível apresentar uma identidade resultante da fusão mal feita das características mais degradadas de cada uma das três raças, como fizera na *História* para o secundário – que, aliás, não conseguiu ultrapassar a década de 1930, assim como o livro de Afrânio Peixoto.

No livrinho de 1917, o sinal se inverte completamente, garantindo ao brasileiro tornar-se fruto da reunião dos aspectos mais positivos de cada uma das três raças, quais sejam: inteligência, altivez e bondade. Tal característica vai garantir que o livrinho ultrapasse a barreira da década de 1930, período em que a versão pessimista de nossa composição étnica será definitivamente substituída pela exaltação da miscigenação e da democracia racial brasileiras.

No universo dos livros de história de Rocha Pombo, *Nossa Patria* foi sem dúvida o mais lido. Ao contrário de seus demais trabalhos – escritos em estilo prolixo e descolorido –, o livrinho apresenta uma narrativa ágil e concisa, além de todas as suas *gravuras explicativas*. Nacionalista e sonhador como a personagem de Lima Barreto, Policarpo Quaresma, através de seu livrinho Pombo também parece ter conseguido realizar uma de seus sonhos de juventude, propagando, através de suas reedições, uma versão positiva de nossa origem, história e identidade.

NOTAS:

i O principal contraponto do que seria a nova forma de escrever a história é o livro de Joaquim Manoel de Macedo, *Lições de História do Brasil* [1861], reeditado até, pelo menos, 1922. Espécie de resumo dos volumes da *História Geral do Brasil* de Varnhagem, o livro de 545 páginas sem ilustrações é um "amontoado" de nomes e datas de todas as administrações portuguesas e brasileiras desde a colônia até a República. À tentativa de tornar os compêndios mais adequados ao "gosto" infantil, correspondia uma vontade de mudar a visão da própria prática escolar. Comentando sobre a atuação de Macedo como professor, o historiador Vieira Fazenda afirma: "Nunca pude compreender como, sendo Macedo homem ilustrado, não permitia a seus alunos apreciar a nossa História com um pouco mais de filosofia. Era repetir o que estava no compêndio e nada mais. Se Nabuco fosse vivo, não me deixaria mentir. (...) E quando lhe dava na mente mandar o aluno transcrever na pedra, palavra por palavra, os fastidiosos mapas anexos ao compêndio? Aquilo era grande cacetada, diminuída pelo socorro de algum companheiro, verdadeiro ponto soprador, como se usa em teatro" (VIANNA, [1961] 1970: 10).

ii Apesar de ter escrito um *best seller* de História do Brasil, Rocha Pombo foi o que poderia se chamar de ilustre desconhecido. O historiador, romancista, jornalista e professor, José Francisco da Rocha Pombo nasceu em 1857 no município paranaense de Morretes. Apesar de ter completado formalmente apenas o ensino primário, Pombo destacou-se, desde jovem, na cena cultural paranaense que, a partir de meados de 1870, começava a se configurar. Como jornalista, teve um papel importante na divulgação dos poetas simbolistas paranaenses. Em 1897, transferiu-se com a esposa para o Rio de Janeiro, sendo introduzido no grupo simbolista carioca pelo crítico paranaense Nestor Vitor. A produção literária do autor no Rio resumiu-se ao romance de cunho simbolista *No Hospício*, publicado pela Garnier em 1905, e alguns contos e poemas reunidos na coletânea *Contos e Pontos*, de 1911. Sem emprego, Rocha Pombo concorreu a um prêmio da Secretaria da Educação, organizado pelo então Secretário Manoel Bomfim, para redação de um livro didático de História da América. Com o pseudônimo de Cristovão Colombo, Rocha Pombo foi o único inscrito e ganhou o prêmio. Em 1900, são publicados o *Compendio de Historia da America* e *O Paraná no Centenário*, este escrito sob encomenda para as comemorações do novo século no Paraná. Após essas publicações, Pombo toma posse do IHGB em 1901 e, ainda na primeira década do século, passou a lecionar na Escola Normal, onde ficaria até a sua morte em 1933. Por encomenda da editora carioca J. Saraiva, Rocha Pombo iniciou em 1905 a redação de uma obra de referência de História do Brasil, concluída 12 anos e 10 volumes mais tarde. Seu estilo prolixo e descritivo recebeu severas críticas do historiador Capistrano de Abreu, que teria dito a um amigo que o "obrão" era "pior que a peste bubônica" (RODRIGUES, 1954:197). A falta, na época, de outra obra abrangendo toda a história brasileira até o período republicano fez com que o "obrão" de Pombo fosse, segundo Rodolfo Garcia, o "mais consultado, o mais lido de todos, o que significa popularidade e vale pela mais legítima das consagrações" (GARCIA, 1944: 120). Embora Capistrano tivesse o desejo de escrever uma história do Brasil capaz de substituir a de Varnhagem, o autor nunca chegou a escrevê-la, suscitando o seguinte comentário jocoso de Agripino Grieco: "Qual a pior, a relativa esterilidade de Capistrano de Abreu ou a excessiva fertilidade de Rocha Pombo" (GRIECO: 1988: 21). Em 1935, a editora Jackson publicou a versão compacta, em cinco volumes, da História do Brasil, série que teria ainda muitas republicações e que se tornou uma espécie de referência obrigatória entre os "livros de estante", entre as décadas de 1940 e 1970. Mesmo com essa farta produção, Pombo era considerado como sendo uma "segunda linha" dos historiadores do IHGB – "culpa de Capistrano", diriam os seus. Como ressalta Rogério Athayde em sua monografia sobre Rocha Pombo, nenhum membro do IHGB compareceu a seu enterro e a notícia de sua morte foi dada, *en passant*, durante a abertura da terceira sessão ordinária do 95º ano do Instituto, ocorrida no dia seguinte à morte do autor – o que contrariava a praxe do IHGB (ATHAYDE, 1992). Três meses antes da sua morte, Rocha Pombo havia sido eleito para a Academia Brasileira de Letras, da qual não chegou a tomar posse, por falta de recursos para comprar o "fardão" (PILOTO, 1953).

iii Fazem parte da série de histórias regionais os *resumos didáticos*: BOITEUX, Lucas A. *Historia de Santa Catharina*, 1919; BRAGA, Theodoro. *Historia do Pará*, 1931; CALMON, Pedro. *Historia da Bahia*, 1928; COSTA, Craveiro. *Historia das*

Alagôas, 1929; FILHO, Cruz. *História do Ceará*, 1931; FLEIUSS, Max. *Historia da Cidade do Rio de Janeiro*, 1928; Pombo, Rocha. *História de São Paulo*, 1919, e *História do Paraná*, 1930; SANTOS, Lucia José dos. *Historia de Minas Gerais*, 1926; VASCONCELLOS, Clodomiro. *Historia do Rio de Janeiro*, 1929. Todos esses livros são profusamente ilustrados, contendo gravuras que são comuns a todos e outras específicas de cada região, como mapas, reproduções de jornais de época, documentos históricos, etc. Muitos dos autores exultam em seus prefácios a riqueza das ilustrações como se isso garantisse ao livro um status superior, assim como uma melhor aceitação entre o público infante-juvenil. Auryno Maciel, prefaciador da *História de Alagôas*, comentando o “luxo das ilustrações” da obra, afirma que os livros didáticos alagoanos, por serem pobremente editados – “de uma pobreza, com a licença da palavra, franciscana” – e sem gravuras, eram desprestigiados pelos professores e alunos do estado: “Foi o que aconteceu a ‘O Dote’ de Elias Sarmiento: não obstante aprovado pela Instrução Publica do Estado para livro de leitura nas nossas escolas primarias, imprimiu-se com tamanha pobreza de arte graphica, por falta de ‘symphatia pedagogica’ do editor-proprietario, que caiu na compulsoria e no esquecimento” (MACIEL, Auryno. “Prefácio”. In: COSTA, 1929: IV).

iv No parecer que escreve para a 79ª edição de *Nossa Patria*, Lourenço Filho anota a seguinte modificação a ser feita: “abrandar também certas expressões relativas aos tiranos ou ditadores do Prata e a Solano López, mesmo porque há um acôrdo do govêrno brasileiro a êsse respeito, na menção a tais personagens em livros didáticos, especialmente do curso primário (LOURENÇO FILHO, 1964: parecer nº 28.1015; grifos meus). Na primeira versão de *Nossa Patria*, a ferocidade do ditador justificava a invasão brasileira, como pode ser ver no seguinte trecho retirado do capítulo “Destruimos a tyrannia de Lopez”: “Aquelle homem [Lopez] era tão cruel que ia deixando o solo, por onde fugia, juncado de cadaveres dos seus proprios amigos e até dos irmãos. Todos os que não venciam eram mortos. Quando não apanhava os officiaes que se deixavam derrotar, vingava-se delles matando-lhes as mulheres e os filhos. Mas os nossos o perseguiram com a mesma pressa que ele fugia. (...) Tinha elle, nesse dia (1º de março de 1870 [dia em que foi morto]), assignado a condemnação da propria mãe. Devia esta ser executada no dia seguinte! ... e só porque o filho cruel tinha sabido que ella se mostrava sentida e horrorizada de tanto sangue que se derramava. Por isso nem a propria mãe poude chorar por elle! A guerra é uma coisa horrível; e só se torna justa num caso como este, em que é preciso livrar de tais algozes a pobre humanidade” (POMBO, 60ª ed. [1917] s.d.: 123, 124, 125). Após a revisão, o trecho foi reduzido a: “A luta foi enorme. As tropas paraguaias demonstravam coragem e tenacidade mas iam sendo vencidas pela bravura dos nossos. López, exasperado, mostrava-se cruel até mesmo com os seus chefes militares” (POMBO, 83ª ed. [1917] 1949: 123)

y Manoel Bergstrom Lourenço Filho nasceu em Porto Ferreira, interior paulista, em março de 1897 e faleceu em 1970 no Rio de Janeiro. Durante os anos de 1922 e 1923 foi responsável pela reforma no ensino público no Ceará. Em 1930, já no Rio de Janeiro, foi chefe de gabinete do Ministro da Educação Francisco Campos. Na gestão de Anísio Teixeira na Secretaria da Educação do Distrito Federal, dirigiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro. Em 1935, foi nomeado diretor e professor de Psicologia Educacional da Escola de Educação do Distrito Federal. Foi também Diretor Geral do Ensino Público de São Paulo, Membro do Conselho Nacional de Educação, em 1937, e diretor do Departamento Nacional de Educação. Em 1938, a pedido do Ministro Capanema, organizou o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos que, em 1944, lançou a *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. A relação de Lourenço Filho com a Cia. Melhoramentos começou em 1921, com a publicação da *Revista Nacional* que contava com a participação de autores como Afonso d’E. Taunay e Oliveira Lima, além do próprio Lourenço Filho. A partir de 1925, ele ficará no comando da *Biblioteca Infantil* da editora. O autor também organizou para a Cia., em 1927, a *Biblioteca da Educação*, com 35 títulos, que buscava divulgar as correntes pedagógicas estrangeiras no país. Entre as traduções que fez está o livro de Durkheim, *Educação e Sociologia*, publicado pela Melhoramentos em 1929. Lourenço Filho ainda escreveu livros infantis e didáticos para a Cia.. Entre essa produção, destaca-se a *Cartilha do Povo*, editada pela primeira vez em 1928. Esse livro permaneceu em catálogo até 1990, superando o número de 2.200 edições e somando 20 milhões de exemplares impressos.

Durante décadas, o autor emitiu milhares de pareceres para a Melhoramentos e, de certa forma, era ele quem decidia sobre a publicação de títulos *infanto juvenis* e de educação.

[vi](#) Sobre a geração de 1870 e a questão racial entre 1870 e 1930 ver SCHWARCZ, 1995a.

[vii](#) Esse artigo não tem a pretensão de discutir os dados referentes as populações indígenas nos livros didáticos, limitando-se a registrar os dados apresentados nesses livrinhos. Sobre uma análise crítica do tratamento dos indígenas nos livros didáticos e na sala de aula ver: SILVA, Aracy Lopes da & GRUPIONE, Luís Donisete Benzi (orgs.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília : MEC/MARI/UNESCO, 1995

[viii](#) Comentando o trecho sobre o esquecimento, expresso por Renan na conferência “Qu’est-ce qu’une nation”, Benedict Anderson (1997) chama atenção para o paradoxo entre a prescrição para que certo passado fosse esquecido (citação acima) e a subsequente nomeação dos massacres a serem esquecidos na frase seguinte. Para Anderson, esse jogo de memória e esquecimento “revela-se um dispositivo característico na construção tardia de genealogias nacionais”. A conferência de Renan é citada literalmente, sem referência, tanto no livro de Veríssimo (1900 [1906]), como no de Peixoto (1916).

[ix](#) Em *Visões da Liberdade*, Sidney Chalhoub contrapõe-se à idéia de que os escravos não tiveram qualquer papel no processo que terminou com a abolição formal da escravidão. Para o autor, principalmente a partir de 1870, ocorrem mudanças significativas que incluem “entre as linhas de força do processo as transformações nas atitudes dos próprios negros, ou pelo menos a percepção, por parte dos senhores de que algo estava mudando entre os escravos” (CHALHOUB, 1999: 101).

[x](#) Segundo Nicolau Sevcenko, a corrente do jacobinismo “seria um dos grandes catalisadores do mal-estar geral disseminado na população carioca. Sua plataforma de arregimentação e combate quase que resumia toda no seu princípio basilar: o xenofobismo e muito particularmente a lusofobia. Nascido do estado de sítio, da censura e das perseguições indiscriminadas e obscurantistas desencadeadas por Floriano desde o início da Revolta de 1893, reuniu todo o gênero de insatisfeitos, aventureiros e oportunistas, particularmente os funcionários públicos dos escalões inferiores, soldados, cadetes, jornalistas da imprensa marrom e grupos populares difusos que caíam em sua clientela, sensíveis à sua pregação, como os operários do governo e da prefeitura, alguns núcleos de ferroviários, pequenos caixeiros e grande parte da massa dos desempregados e subempregados urbanos. As suas preocupações obsessivas eram desalojar os portugueses enquistados na administração pública com a ‘grande naturalização’ do governo provisório, acabar com o virtual monopólio português sobre o comércio a varejo e sobre a locação de imóveis e, ato final, romper relações com Portugal e acabar com a torrente imigratória lusitana que se avolumava na sociedade do Rio, absorvendo grande parte dos empregos e boas oportunidades” (SEVCENKO, 1999: 63, 64).

[xi](#) Analisando os grupos nacionalistas surgidos no final da década de 1910, Jorge Nagle (1974) chama atenção para pelo menos duas diferenças entre o grupo de *Brazílea*, capitaneados por Jackson de Figueiredo, e os intelectuais da *Liga Nacional* liderados por Olavo Bilac: a valorização do mestiço e a pregação católica, presentes nas páginas da primeira revista. A valorização dos mestiços é construída em contraposição à figura do português. O mestiço representaria o elemento verdadeiramente nacional, aquele que trabalharia para que o progresso do Brasil, ao contrário do português parasita, que explorava e espoliava o brasileiro para enriquecer sua terra natal. A *Brazílea* é, inclusive, um bom exemplo do que foi o jacobinismo.

[xii](#) Em *Raça e Assimilação*, Oliveira Vianna, intelectual que experimentou grande prestígio entre as décadas de 1910 e 1940, busca resolver o “difícil problema” da definição do tipo nacional. Grosso modo, esse estudo, cheio de tabelas e citações a autores americanos, pretendia determinar qual o melhor imigrante para depurar o sangue brasileiro das nefastas e atávicas influências de negros e índios; e ainda determinar qual imigrante, afinal, teria o melhor *índice de caldeamento* ou *fusibilidade* capaz de criar o melhor *typo ethnico* nacional.

Bibliografia

- AMARAL, Julio. *Rocha Pombo e a Historia do Brasil*. Ceará: Typ. Minerva - Assis Bezerra, 1925.
- ANDERSON, Benedict. "Memória e esquecimento". In: ROUANET, Maria Helena (org.). *Nacionalidade em questão*. Rio de Janeiro: Cadernos da Pós/Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1997.
- ATHAYDE, Rogério. *Rocha Pombo: Ensaio de uma exclusão*. Rio de Janeiro: Monografia submetida ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro com vistas à obtenção do grau de bacharel em História, 1992.
- BILAC, Olavo & NETTO, Coelho. *A Pátria Brasileira (para os alunos das escolas primárias)*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 27ª ed., [1909] 1940.
- BILAC, Olavo & BOMFIM, Manoel. *Através do Brasil (narrativa): Livro de leitura para o curso médio das Escolas Primárias*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 44ª ed., [1910] 1959.
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Pátria Civilização e Trabalho: o ensino de história nas escolas paulistas (1917-1939)*. São Paulo: Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1988.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- Compêndio de Historia do Brasil: para uso das aulas do curso preliminar*. São Paulo: Livraria Salesiana Editora, 4ª ed., 1926.
- COSTA, Cruz. *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1956.
- DONATO, Hernâni. *100 Anos da Melhoramentos*. São Paulo: Melhoramentos, 1990.
- FONSECA, Thais Nívia de Lima e. "“Ver para compreender”: arte, livro didático e a história da nação". In: SIMAN, Lara Mara de Castro & FONSECA, Thais Nívia de Lima e (orgs.). *Inaugurando a História e construindo a nação: Discursos e Imagens no Ensino de História*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala: Formação da Família Brasileira sob o Regime de Economia Patriarcal*. Rio de Janeiro, José Olympio, 5ª ed. "revista pelo autor e acrescida de numerosas notas", [1933] 1946.
- GARCIA, Rodolfo. "Rocha Pombo". In: "Autores e Livros", suplemento literário de *A Manhã*. Rio de Janeiro, vol. VI, nº 8, 5 de março de 1944.
- GRIECO, Agripino. *Gralhas e Pavões*. Rio de Janeiro: Record, 1988.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1985.
- LIMA, Afonso Guerreiro. *Noções de História do Brasil*. Porto Alegre: Livraria do Globo, 10ª ed., [1933] 1942.
- LOURENÇO FILHO, Manoel Bergstrom. *Pareceres à Cia. Melhoramentos de São Paulo* (caixas 054, 055, 056), 1940-1965.
- MACEDO, Joaquim Manoel de. *Lições de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Garnier, [1861] 1905.
- MACIEL, Auryno. "Prefácio". In: COSTA, Craveiro. *Historia das Alagóas (resumo didactico)*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog e Irmãos Incorporada), 1929
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: E.P.U, 1974.
- PEIXOTO, Afrânio. *Minha Terra e Minha Gente*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ªed. "correcta e diminuida", 1916.
- PILOTO, Valfrido. *Rocha Pombo*. Curitiba: s.e., 1953.
- POMBO, José Francisco da Rocha. *Historia do Brasil (10 volumes)*. Rio de Janeiro: J. Fonseca Saraiva Ed., [1905-1917] 1919.
- _____. *Nossa Patria: Narração dos factos da Historia do Brasil atraves de sua evolução com muitas gravuras explicativas*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo, 60ª ed., [1917] s.d.
- _____. *Historia do Brasil (para o ensino secundario): com muitos mappas historicos e gravuras explicativas*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weiszflog Irmãos incorporada), 7ª ed., [1918] s.d.
- _____. *Notas de Viagem (Norte do Brazil)*. Rio de Janeiro: Benjamim de Aguilã, 1918.

_____. “Prefácio”. In: CORRÊA, Viriato. *Historias da nossa historia*. São Paulo: Monteiro Lobato e Cia. Editores, 1921.

_____. *Historia do Brasil (curso superior)*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de São Paulo (Weizsflog Irmãos incorporada), 1926.

_____. *História do Brasil: Nova edição ilustrada (V volumes)*. São Paulo: W.M. Jackson INC, [1935] 1959.

_____. *Pequena História do Brasil: Nossa Pátria, narração dos fatos da História do Brasil através da sua evolução*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 88ª ed., [1917] 1970.

RENAN, Ernest. “*Qu’est-ce qu’une nation*”, *Conférence faite en Sorbonne, le 11 mars 1882*. Collection électronique de la Bibliothèque Municipale de Lisieux [1882].

RIBEIRO, João. *Rudimentos de História do Brasil (curso primario)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 6ª ed., 1918.

RODRIGUES, José Honório (org.). *Correspondência de Capistrano de Abreu, vol. 2*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1954.

ROMERO, Silvio. *A Historia do Brasil ensinada pela biographia de seus heróes (livro para as classes primarias)*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 9ª ed. “correcta e aumentada”, [1890] 1915.

SEVCENKO, Nicolau. *A Literatura como Missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, Antônio Mendes da. *Historia Patria (resumo para o curso preliminar) pelo professor: Antônio Mendes da Silva (diplomado pela Escola Normal de São Paulo)*. São Paulo: Livraria C. Teixeira, 2ª ed., 1909.

SCHWARCZ, Lilia Katri Moritz. *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995a.

_____. “Complexo de Zé Carioca: notas sobre uma identidade mestiça e malandra”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, n. 29, out. 1995b.

TAUNAY, Affonso de E. “Duas Palavras”. In: SETTE, Mário. *Brasil, Minha Terra! leituras cívicas [curso primario]*. São Paulo: Comp. Melhoramentos de S. Paulo (Weizsflog Irmãos incorporada): 1928.

VIANNA, Helio. *História do Brasil, vol. 1*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 8ª ed., [1961] 1970.

VIANNA, Oliveira. *Raça e Assimilação*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 4ª ed., [1944] 1959.

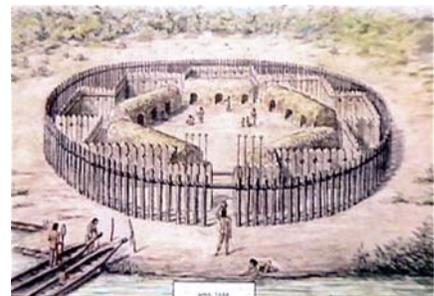
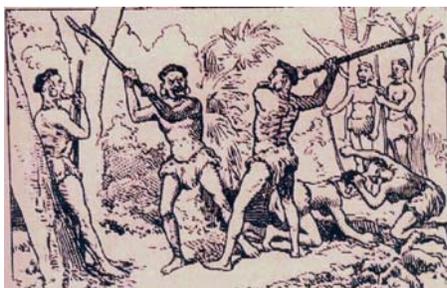
VERÍSSIMO, José. *A Educação Nacional*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 2ª ed., [1900] 1906.

ANEXO

As imagens dos livrinhos



Segundo Thais Nívea da Fonseca, autores e editores buscavam imagens que "dessem um certo grau de 'veracidade' aos fatos narrados nos livros" e que, ao mesmo tempo, estivessem "em sintonia" com as obras historiográficas". As imagens deveriam atuar como 'registros visuais' dos fatos narrados nos textos" (FONSECA, 2001: 94). Ao lado, os altivos índios de Rocha Pombo, abaixo, da esquerda para a direita, os índios bárbaros de Afrânio Peixoto e o romantizado de João Ribeiro. Na "Advertência" de *Através do Brasil* ([1910]), Olavo Bilac e Manoel Bomfim escrevem que "justamente" por procurarem apenas "um pretexto para apresentar a realidade", preferiram ilustrar o livro "sómente com fotografias". "Se ha nestas paginas alguma fantasia", explicam, "ela serve unicamente para harmonizar numa visão geral os aspectos reais da vida brasileira" (BILAC & BOMFIM, [1910] 1959: VIII).



Entre as "fotografias" de *Através do Brasil* encontra-se a "Taba índia" (fig.4). Essa mesma imagem aparece em Pombo ([1917]; [1918]; [1926]); Ribeiro (1918); Sette (1944); Rocha (1914); e em toda série de história regional editada pela Melhoramentos entre 1920 e 1930. Segundo Bittencourt (1998), essa gravura teria surgido pela primeira vez em 1882 na *Pequena História do Brasil* por perguntas e respostas para uso da infância brasileira, de Joaquim Maria de Lacerda, e pode ser vista em livros didáticos até hoje. Essa ilustração foi tantas vezes reproduzida como representação do real que ela parece tornar-se o próprio real.